

MOVIMENTOS SOCIAIS E O OLHAR GEOGRÁFICO: APONTAMENTOS CONCEITUAIS E A BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM 2016

Bruno Torres dos Santos
Carvalhoⁱ
Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

As sociedades contemporâneas possuem as desigualdades socioespaciais como questões inerentes às suas realidades. Logo, o surgimento e consolidação dos movimentos sociais torna-se então uma consequência dessa realidade. Os movimentos são formas organizacionais de pessoas que se aproximam, se mobilizam e reivindicam, lutam pela conquista de direitos que o Estado deveria oferecer, mas que de fato não acontece. Levando em conta essas sociedades atuais, novas formas de leitura e compreensão dos movimentos se fazem necessárias, fugindo a perspectiva tradicional de análise. Portanto, o objetivo que norteia o trabalho consiste na breve análise do movimento de ocupação de escolas públicas em 2016 a partir de uma análise conceitual dos movimentos sociais e quais contribuições a ciência geográfica tem a oferecer a essas discussões. O trabalho possui a revisão bibliográfica como método.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Geografia; Movimento de ocupação; Escolas Públicas

Abstract

Contemporary societies have socio-spatial inequalities as inherent issues in their realities. Thus, the emergence and consolidation of social movements then becomes a consequence of this reality. Movements are organizational forms of people who approach, mobilize and claim, fight for the conquest of rights that the state should offer, but in fact does not. Taking into account these current societies, new forms of reading and understanding of movements are necessary, departing from the traditional perspective of analysis. Therefore, the objective that guides the work consists in the brief analysis of the movement of occupation of public schools in 2016 from a conceptual analysis of social movements and what contributions the geographical science has to offer to these discussions. The work has the literature review

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.
Endereço eletrônico: carvalho152011@gmail.com

as a method.

Keywords: Social Movements, Geography, Occupation Movement, Public Schools

1. Introdução

A questão dos movimentos sociais é uma realidade constituinte das sociedades contemporâneas que são pautadas nas desigualdades socioespaciais. Os movimentos, a partir de suas ações em coletivo são capazes de formar, produzir e transformar as relações sociais e o espaço que os circunscrevem, dessa forma, se faz necessário compreender o que são os movimentos, quais são seus objetivos, necessidades, demandas, identidade e suas dinâmicas, suas formas de organização e estratégias que se dão no espaço.

A Geografia enquanto disciplina possui o espaço como objeto principal de estudos, dessa forma, a ciência geográfica com todo o seu arcabouço teórico-conceitual pode contribuir para as análises e compreensões a respeito dos movimentos sociais e como contribuem para a estruturação do espaço.

Tendo isso como pressuposto, o objetivo do trabalho consiste em realizar apontamentos conceituais, fazer ponderações a respeito do que são os movimentos sociais e como a geografia pode auxiliar para essa compreensão, analisando em conjunto e de forma breve, o movimento de ocupação de escolas públicas em 2016 em específico.

O presente trabalho foi estruturado em três partes. Na primeira parte, o objetivo central proposto foi o de analisar o que consiste os movimentos sociais. Dessa forma, serão trabalhados aspectos que abordam a questão de o porquê da mobilização e o surgimento dos movimentos, e como os mesmos se estruturam, se organização e assim se materializam no espaço. Esta primeira parte possui como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica de artigos científicos que fomentam a construção do arcabouço teórico-conceitual no que se refere aos movimentos sociais.

Serão utilizadas três principais obras que sustentarão o referencial teórico. O primeiro texto intitulado “Movimentos sociais na contemporaneidade” da autora Maria da Glória Gohn de (2011), o segundo texto intitulado “MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?” do autor Alberto Melucci de (1989) e o terceiro texto intitulado “O conceito de movimentos sociais revisitado” das autoras Karine Goss e Kelly Prudencio.

No que se refere a segunda parte do trabalho, o objetivo foi construído em analisar em como a Geografia enquanto disciplina, constituída de todo o seu arcabouço teórico-conceitual pode contribuir para a leitura dos movimentos sociais, ou seja, consiste em analisar em como os movimentos sociais podem ser analisados e compreendidos a partir do olhar geográfico, a partir da geograficidade. A metodologia da pesquisa nesta parte se concentra na revisão bibliográfica de artigos científicos, e os dois principais trabalhos utilizados são o texto intitulado “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” do autor Bernardo Fernandes de (2005) e o texto intitulado “O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais” do autor Breno Bringel de (2007).

A terceira parte do trabalho possui como objetivo principal, analisar de forma breve um movimento social em específico, de acordo com as contribuições das duas primeiras partes deste trabalho, sendo assim, abordar o que consiste o movimento, apontar seus objetivos, sua organização, articulação e a partir disso, tentar realizar uma análise na perspectiva do olhar geográfico do movimento. O movimento social que será abordado é o movimento de ocupação de escolas públicas no país no ano de 2016, conhecido como o “movimento secundarista”. A metodologia da pesquisa nesta parte do trabalho consiste na revisão bibliográfica de artigos científicos, notícias, periódicos on-line. Os dois principais trabalhos utilizados são o texto intitulado “Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade” da autora Maria da Glória Gohn de (2017) e o texto intitulado “Outubro, 2016, Brasil - as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização das autoras” das autoras Rejane Ribeiro e Lúcia Pulino de (2019)

2. Discussão/Desenvolvimento

2.1 O que são os movimentos sociais?

A premissa base para formulação e construção dos movimentos sociais consiste no objetivo de reivindicar algo, muitas vezes reivindicar necessidades que o Estado deveria prover aos cidadãos, pois o Estado é o provedor das necessidades essenciais. Sendo assim, de forma geral, os movimentos sociais surgem em sociedades que são produzidas, são baseadas em realidades que refletem as desigualdades socioespaciais.

De acordo com Gohn (2008, 2011), os movimentos sociais são as formas que a população encontra para se mobilizar, se organizar em prol da reivindicação das suas respectivas demandas, das suas necessidades, dos seus direitos. Essa organização depende da tomada de ações em coletivo, podendo ter o caráter sócio-político e cultural.

Para que o cidadão possa reivindicar, é necessário que o mesmo tenha noção de seus direitos, ou seja, é necessário que o cidadão se veja como tal, como portador de direitos, e que os reivindique para que assim, aja em prol da conquista de sua cidadania propriamente dita. Não teriam os movimentos sociais sem a consciência dos direitos pelas pessoas. As pessoas acreditam que tiveram acesso à cidadania, porém foi dado-lhe acesso ao mercado, ao consumo e isso acaba por construir uma falsa sensação de cidadania.

O processo de formulação do movimento social apenas é possível a partir do momento em que os cidadãos constroem a concepção de alteridade, para que dessa forma, haja a construção da identificação coletiva, pois o que alimenta o movimento é justamente o coletivo que possui o mesmo objetivo em comum, reivindicam pela mesma causa, pelos mesmos direitos essenciais que foram-lhe negados.

É necessário que o cidadão admita, aceite que essa luta não depende única e exclusivamente dele, mas também de os outros cidadãos, pois o individual só lhe é permitido a partir do contato com o outro. A alteridade é justamente o fato da pessoa, do cidadão ter a capacidade de se ver no outro. Segundo Melucci (1989) o fator que proporciona a formulação do movimento social seria ação coletiva pautada,

construída a partir da solidariedade, pois é onde ocorre o processo de identificação do cidadão enquanto coletivo.

De acordo com Gohn (2011), os movimentos podem ser construídos a partir da tomada de ações concretas que possuem diferentes estratégias, como por exemplo, protestos, manifestações, marchas e concentrações, contudo, uma estratégia que vem se tornando muito representativa para os mesmos são os novos meios de comunicação através da internet, as redes sociais numa perspectiva multiescalar.

Os movimentos sociais são organizações políticas, sendo constituídas a partir de formas de organizações de massas, através da construção de opiniões e identidades da massa, do coletivo. Se mobiliza e age com a realização de protestos, de ações coletivas, de conflitos, de manifestações e negociações. Contudo, vale ressaltar que os movimentos existem a parte das manifestações, pois as manifestações são apenas uma resposta, uma constituinte enquanto estratégia de ação do movimento, não resumindo o caráter do mesmo. Como afirma Melucci:

“Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação”. (Melucci, 1980, 1982 e 1983 apud MELUCCI 1989).

Melucci (1989) em seu trabalho, aborda os movimentos sociais numa perspectiva teórica-conceitual, fazendo ponderações sobre a sua evolução ao longo das décadas. Segundo o autor, os movimentos e suas concepções surgiram nos anos de 1970 e baseando-se em Tarrow afirma que o conceito de movimentos sociais não possui uma definição única, certa, fechada, não sendo um consenso geral. Este é um conceito muito complexo, com inúmeras variáveis que o torna de difícil delimitação, definição conceitual.

A não conceituação dos movimentos sociais em uma única, assertiva e consensual concepção é originária em sua grande parte pela dificuldade dos pesquisa-

dores, dos estudiosos de analisarem o movimento a partir do cunho teórico, aplicando a uma realidade tão complexa e dinâmica do movimento.

De acordo com Goss e Prudencio (2004), primeiro ocorre o movimento social, logo em seguida se dá o processo de empiria dessa realidade tão complexa e assim, os pesquisadores se apropriam do fato analisado e tentam o conceituar teoricamente, contudo ocorre a possibilidade de não compreensão da dimensão real dos fatos. Há dificuldade de estudo e análise a partir da empiria e da teoria partindo de uma realidade complexa.

Segundo Melucci (1989), Tarrow faz a diferenciação entre o que seria movimentos, organização de protestos, eventos de protestos e movimentos sociais para que não ocorram confusões, pois para o mesmo, esses fatores em sua maioria constituem os movimentos sociais, mas não os definem. Dessa forma, movimentos consistem em formas de opinião de massa; organização de protestos são as formas de organizações sociais; os eventos de protestos sendo as formas de ações propriamente ditas. No que se refere à concepção de movimento sociais para Tarrow, o autor afirma:

“[...] um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. [...] raramente atua de maneira concertada e sua existência deve ser inferida das atividades de organizações que reivindicam representá-lo. (TARROW, 1983: 5 apud MELUCCI).

Como citado anteriormente, Melucci (1989) em seu trabalho aborda diferentes concepções de movimentos sociais que surgiram e foram sendo modificadas com o passar das décadas. Dentre as concepções teóricas-conceituais abordadas sobre o tema, vale ressaltar a concepção dos movimentos que surgiu nos anos de 1990 e que ainda é uma leitura para a realidade dos movimentos contemporâneos. Esta concepção consiste na perspectiva que os movimentos são produzidos a partir de ações coletivas organizadas em redes, sendo pequenos grupos imersos na vida cotidiana que possuem identidade enquanto coletivo. Essas redes são produzidas a partir de dois fatores que acabam por produzir um dualismo, sendo a latência e a visibilidade. Segundo Melucci (1989):

“[...] a latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais — uma mudança no sistema de significados — que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes: o significado de diferenças sexuais, de tempo e espaço, de relação com a natureza, com o corpo, e assim por diante. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição à lógica que leva à tomada de decisão com relação à política pública. Ao mesmo tempo, a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico está ligado à lógica geral do sistema e também que modelos culturais alternativos são possíveis. (MELUCCI, 1989, p.)

Nessa forma de conceber e compreender os movimentos sociais contemporâneos, é possível observar a luta pelos direitos de determinados grupos sociais que se formam enquanto coletivos a partir da construção da identificação e se mobilizam enquanto movimento social, organizando-se e agindo de fato, para que algo seja mudado, em prol do objetivo almejado como antes não ocorria, alguns exemplos dessa realidade são os movimentos negro, feminista e LGBTQIA+. É possível constatar vários desses grupos sociais dentro de um movimento social, a partir da construção do empoderamento.

Os movimentos sociais contemporâneos podem possuir o caráter de composição a luta por direitos referentes à identidade de cultura, religião, etnia, respeito às diferenças num âmbito geral. Gohn (2011) em seu trabalho enumera diversos eixos temáticos cujo os os movimentos contemporâneos são baseados, a partir de suas lutas, necessidades, reivindicações. Contudo, observa-se que essas novas características desses novos movimentos, não anulam os movimentos sociais tradicionais.

Ainda de acordo com Gohn (2017), em um trabalho mais atual, os movimentos sociais podem ser classificados enquanto tradicionais e contemporâneos, porém, no que se refere a esses movimentos contemporâneos há duas classificações, os movimentos “novos” e os “novíssimos”. Os movimentos “novos” são os que surgem na década de 1970, a partir da questão da identidade cultural como exemplo, já os movimentos “novíssimos” são os que surgiram a partir dos anos de 2010, são “[...] heterogêneos e representam diferentes correntes e contracorrentes do mundo da política e da cultura.” (Gohn, 2017, p. 21)

2.2 A perspectiva da Geografia na leitura dos Movimentos Sociais

Segundo Goss e Prudencio (2004) os movimentos sociais de acordo com a obra de Alain Touraine consistem no próprio objeto de pesquisa e estudo da Ciência Sociológica. Contudo, tal fato não impede que a Geografia através de seu arcabouço teórico-metodológico seja capaz de auxiliar o estudo, análise e compreensão dos movimentos, sua lógica, sua dinâmica a partir do olhar geográfico, pois os movimentos auxiliam na transformação do espaço e as relações sociais. Assim, cabe a Geografia e seus estudiosos analisarem os movimentos sociais na perspectiva da geograficidade, algo que só a Geografia enquanto ciência pode proporcionar, pois consiste em caráter exclusivo da mesma.

Segundo Haesbaert (2014) a Geografia é constituída por uma constelação de conceitos que auxiliam na construção, compreensão e entendimento do conceito chave, objeto de estudo da Geografia, sendo esse o espaço. O território constituindo um dos conceitos dessa constelação que formam o entendimento do espaço. Para Santos (1996), o espaço é formado a partir do conjunto indissociável, solidário e contraditório entre sistemas de ações e sistemas de objetos. No que se refere ao território, a concepção de território é muito atrelada as relações de poder que delimitam um espaço. Dessa forma, de acordo com Souza (2003), território sendo campo de forças, relações de poder espacialmente delimitadas.

Pensar os movimentos sociais na Geografia consiste em analisar a espacialidade, construção do espaço a partir dos movimentos. No mesmo momento em que o movimento produz, ele também é território, se inscreve a partir do movimento no espaço. No subtópico anterior, foi afirmado que cada movimento social possui seu objetivo em específico, objetivo baseado na luta a partir de suas demandas, de suas necessidades, suas mobilizações. Parte constituinte dos movimentos sociais são as manifestações, protestos advindos de ações coletivas que acabam por materializar o movimento no espaço. Portanto, é possível afirmar que os movimentos sociais e os debates, discussões a respeito do mesmo surgiram na cidade e os mesmos possuem recortes espaciais e temporais que os constituem e os caracterizam.

Os movimentos são construídos por agentes sociais, produzem espaços e territórios, ou seja, são capazes de produzir seus (palcos) onde se materializam. Sendo assim, é possível afirmar que há o processo de produção do espaço a partir dos movimentos sociais. As manifestações criam os espaços com toda materialidade, dinâmicas, formas, conteúdos, movimentos, com sujeitos sociais através de objetos técnicos e também constroem e controlam as suas territorialidades. Frente a isso, de acordo com Fernandes (2005) “processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios”. (FERNANDES, 2005, p. 30)

Fernandes (2005) afirma que até a década de 1990, os estudos, trabalhos produzidos sobre os movimentos sociais a partir da Geografia como perspectiva analítica eram em suma maioria referenciados teórico-conceitualmente a partir da Sociologia. Portanto, devido a esta realidade, o autor afirma o esforço para produção de trabalhos sobre movimentos sociais baseados a partir dos conceitos da Geografia, de forma analítica para que assim, ocorra de fato, a produção de conhecimentos geográficos sobre o tema.

Seguindo esta perspectiva, Fernandes (2005) em sua obra, aponta a formulação e construção de dois conceitos que podem ser importantes e necessários para fornecer auxílio no estudo e na produção de conhecimentos geográficos a respeito dos movimentos sociais. Esses dois conceitos são: movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Os movimentos socioespaciais consistem na concepção de que todo movimento social depende do espaço e produz espaço, nenhum movimento se materializa, se formula sem o fator espacial, sem o processo de espacialização, baseando-se apenas nas formas organizacionais e na relações sociais, como são analisados na Sociologia. Sendo assim, todo movimento é socioespacial, pois depende do espaço. Pode se materializar, se espacializar em diversas escalas, tanto da local à mundial.

No que se refere aos movimentos socioterritoriais, de primeiro, vale ressaltar que também são movimentos socioespaciais, pois depende do espaço, o espaço provém o território e não o contrário. Portanto, esses movimentos possuem o território como alicerce indispensável para a sua construção, materialização, sendo produzi-

dos a partir de processos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

É preciso salientar que nem todo movimento socioespacial é socioterritorial, pois alguns movimentos não possuem a produção do território como fator formador da identidade do movimento. Os movimentos socioterritoriais podem ser isolados (se territorializam numa pequena área determinada, num pequeno espaço) e territorializados (estão presentes em diversas e grandes espaços, formando uma rede), porém todo movimento socioterritorial territorializado inicia-se enquanto movimento isolado, até mudar de escala.

Ambos os movimentos, socioespaciais e socioterritoriais são produzidos a partir de ações, organizações e relações sociais, materiais, imateriais. Criam relações sociais a fim de garantir o alcance de seus objetivos, do que é reivindicado e produzem espaços políticos, sociais e culturais. Como afirma Fernandes (2005) “[...] a construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços. (FERNANDES, 2005, p. 32)

A análise dos movimentos sociais realizadas a partir da lógica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais não anula, ou desmerece a lógica de análise da Sociologia ou de outras ciências a respeito dos movimentos. Esses dois conceitos são para promoção de uma perspectiva geográfica dos movimentos.

Ainda se tratando da perspectiva geográfica para a análise dos movimentos sociais, faz-se necessário apontar outro fator, ou um outro conceito que é importante para a compreensão do espaço e dessa forma, constitui também a constelação de conceitos apontada por Haesbaert (2014) que é o conceito de lugar e sua realidade propriamente dita.

Bringel (2007) em seu trabalho aponta a importância do lugar, da análise do lugar para que haja o estudo e a compreensão dos movimentos sociais e como este conceito, este fator foi deixado de lado na ciência geográfica se tratando dos movimentos. O autor traz a concepção de lugar enquanto o espaço do cotidiano formador da identidade, lógica peculiaridades, experiências, vivências, ações e organizações do movimento social. O autor também afirma que os movimentos acabam por

basear as suas tomadas de ações de acordo com as três ideias de lugar apontadas por Agnew (1987), localidade, localização e o sentido de lugar.

“[...] a localidade versa sobre os marcos formais e informais dentro dos quais estão constituídas as interações sociais quotidianas; seriam, em palavras de Lefebvre (1991), as práticas espaciais. A localização responde ao espaço geográfico concreto que inclui a localidade, afetada pelos processos econômicos e políticos que operam dentro de um marco mais amplo regional, nacional e global. Por último, o sentido de lugar corresponde à orientação subjetiva derivada do viver ou residir em um lugar específico.” (BRINGEL, 2007, p. 41)

Portanto, não há a materialização do movimento sem o lugar, e não é possível compreender o mesmo sem enfoque do lugar nos estudos, análises dos movimentos sociais por parte da Geografia e seus cientistas.

2.3 O movimento de ocupação de Escolas Públicas no Brasil

Segundo Gohn (2017), alguns movimentos sociais contemporâneos “novíssimos” possuem a Educação como a temática cerne para sua formulação, ou seja, movimentos que possuem como objetivo, reivindicar, lutar por direitos, por demandas a respeito da educação que o Estado deveria promover, enquanto provedor das necessidades essenciais dos mesmos cidadãos.

Dentro do âmbito desses movimentos sociais que possuem a educação como temática central de luta, um movimento em específico ganhou grande notoriedade, visibilidade em escala nacional. O movimento de ocupação de escolas públicas, conhecido como “primavera secundarista” ou “movimentos secundarista” se consistiu no movimento formado por estudantes secundaristas, ou seja, estudantes do atual Ensino Médio e Universitários que se mobilizaram de forma mais intensa no segundo semestre de 2016 em várias regiões do país.

Esse movimento foi muito influenciado pelas ocupações de escolas públicas no Estado de São Paulo por parte dos estudantes que ocorreram no final do ano de 2015. As formas organizacionais do movimento de (2016) se deram por intermédio e relações da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da União Nacio-

nal dos Estudantes (UNE), dos grêmios estudantis das próprias instituições educacionais, movimentos estudantis e do uso das redes sociais.

Ribeiro e Paulino (2019) afirmam que o principal motivo que deu origem ao movimento foi por conta da conjuntura educacional que o país se encontrava no momento durante o Governo Temer, em mais específico, a contrariedade à Medida Provisória do Governo que tinha como objetivo realizar uma reforma no Ensino Médio (MP 746) e à Proposta de Emenda Constitucional referente ao estabelecimento do teto dos gastos públicos federais (PEC 241/55), congelando os investimentos na educação por 20 anos. Outros motivos que eram específicos da realidade educacional de cada instituição de ensino, ou até mesmo dos Estados serviram como combustível para a maior mobilização do movimento.

A partir da mobilização dos estudantes, a principal forma de ação ou estratégia de ação que caracterizou, que deu identidade ao movimento se deu de fato por parte das ocupações de escolas e instituições de ensino superior (IES) como universidades públicas e institutos federais pelos próprios estudantes, porém, as manifestações também foram estratégias de ação utilizada. O uso das redes sociais foi uma importante estratégia de ação e de mobilização para o movimento.

De acordo com Ribeiro e Pulino (2019), mais de mil instituições de ensino foram ocupadas em quase todos os estados brasileiros, porém, o estado do Paraná foi onde concentrou-se o maior número de ocupações, sendo oitocentos e cinquenta instituições ocupadas. Segundo Gohn (2017), dentro dessa amostragem de mil instituições ocupadas, setenta e três eram campi universitários, novecentos e noventa e cinco consistiam em institutos federais (IF's) e escolas e três núcleos regionais de educação.

Em alguns casos, as ocupações duraram meses e os estudantes contavam com o auxílio e ajuda de familiares, professores e da própria comunidade com doações de alimentos e produtos de limpeza/higiene para a manutenção dos mesmos, para que assim, fosse possível se ter a continuidade das ocupações, conseqüentemente do movimento.

Seguinte a essa breve abordagem, na qual foi destinada à explicação do que consistiu, quais foram as causas, reivindicações e como o ocorreu o movimento de

ocupação de escolas públicas no Brasil, o objetivo será o de realizar uma tentativa de leitura, de forma breve do movimento e a sua materialização a partir do olhar geográfico, a partir do arcabouço teórico-conceitual que a Geografia disponibiliza para compreensão do mesmo.

Partindo da premissa base que todo movimento depende do espaço para se materializar a partir de suas estratégias de ações, cabe afirmar que o movimento dos secundaristas de 2016 é um movimento socioespacial. No mesmo momento em que o movimento necessita do espaço, espaço inerente a sua ação, ele é um movimento socioespacial.

No caso desse movimento, o espaço vital para sua estruturação, para a sua ação são os ambientes educacionais, como escola e universidades. A partir da ocupação da escola pelos estudantes, eles se apropriam da mesma, transformando-a em outro espaço, sendo assim ocorre a produção do espaço, não o da escola com suas salas de aula do cotidiano de sempre, com a mesma função, mas sim com o caráter, a função de abrigar, de comportar em sua essência, o objetivo do movimento, o de reivindicar, de lutar por seus direitos, justamente no local onde esses direitos estão prestes a serem “negados” ou precarizados.

Esses espaços produzidos a partir das ocupações são formulados de acordo com relações sociais, materiais e imateriais. O movimento e a ocupação dependem do físico, do material da escola propriamente dito, depende também das relações sociais entre os próprios estudantes que a ocupam com a diretoria, com os professores, com a comunidade que circunda a escola que muitas das vezes, auxiliaram a manutenção e prolongamento das ocupações através de doações.

Da maneira que esse movimento é socioespacial, ele também é socioterritorial no momento em que as escolas são ocupadas, e esse espaço compreende-se na disputa de poder, num espaço sustentando em relações de forças de poder. Pois a ocupação e seus agentes proporcionam outro sentido a escola, a escola vista como o espaço de resistência dessa minoria que está lutando por seus direitos, por suas demandas, e que ao mesmo tempo enfrenta as forças legais do Estado, como a polícia, que se encontram na situação da tentativa de restauração da dinâmica “normal” das instituições de ensino, assim como defende o Estado.

Dessa forma, os estudantes se apropriam do espaço escolar, mudando a função da escola, construindo outra função, a função de ser um espaço de resistência para o movimento, sendo esse espaço de resistência, o território, esse que apenas é mantido a partir das ações construídas de acordo com novas formulações de relações, sendo sociais, políticas na tentativa de alcançar seus interesses.

Como ocorreu no movimento, as ocupações nas escolas logo se multiplicaram por todo o Brasil, dessa forma, construindo uma vasta gama de territórios ainda que conectados não fisicamente, mas por relações em diversos âmbitos e escalas. O movimento começou como um movimento socioterritorial isolado, se tornando territorializado, possuindo uma rede de conexões, relações a favor da continuidade das ocupações, conseqüentemente do movimento, em prol da conquista dos seus direitos, suas demandas.

3. Considerações Finais

Na atualidade, no mundo contemporâneo que se constitui enquanto realidade, alguns movimentos sociais podem possuir novas características, novas identidades que são produzidos a partir de demandas, necessidades, reivindicações que respondem a própria sociedade contemporânea, não cabendo a uma perspectiva de análise tradicional dos movimentos. Os movimentos sociais são agentes formadores e transformadores das relações sociais e do espaço de uma sociedade. A compreensão dos movimentos a partir da leitura geográfica pode ser rica e muito proveitosa para se entender a construção e transformação do espaço, a partir de conceitos como o próprio espaço, território e lugar.

No que se refere ao movimento de ocupação de escolas públicas no país no ano de 2016 “movimento secundarista”, constata-se que o movimento ganhou grande notoriedade e visibilidade a partir do momento em que o mesmo constituiu-se, materializou-se no espaço através da estratégia de ação da própria ocupação das escolas, produzindo o próprio espaço e transformando em território que o abrigou, que fomentou o movimento e a as suas reivindicações, partindo de sua resistência e suas relações construídas, relações essas que também são de poder. O espaço e o

território foi algo intrínseco ao movimento, dando a identidade, relevância e notoriedade ao movimento e a as suas demandas.

Referências Bibliográficas

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. **El País**, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

BRINGEL, Breno Marqués. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia - Goiás - Brasil, 27, n. 2: 35-49, 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

Gohn, M. da G. (2017). **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez Editora.

GOSS, Karine Pereira. Prudencio, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 19-52.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n.17, Junho, São Paulo 1989.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

Os frutos da primavera secundarista. Ubes, 2017. Disponível em: <http://ubes.org.br/2017/os-frutos-da-primavera-secundarista/>. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

OSHIMA, FLÁVIA YURI. MORRONE, BEATRIZ. **O LEGADO DAS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS.** ÉPOCA, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://EPOCA.GLOBO.COM/EDUCACAO/NOTICIA/2017/02/O-LEGADO-DAS-OCUPACOES-NAS-ESCOLAS.HTML](https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html). ACESSO EM: 08 DE NOV. DE 2019.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil - as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização **Rev. psicol. polít.** vol.19 no.45 São Paulo maio/ago. 2019 disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011

Recebido em 11 jan. 2019

Aceito em 3 mar. 2019.